



CONSTRUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO EM REDES DE MÍDIA SOCIAL EM TORNO DO TEMA CIDADANIA DA MULHER: um estudo com personalidades públicas

Livia Vasconcelos de Souza¹

Kathia Marise Borges Sales²

RESUMO. Este subprojeto possui o título Construção e Difusão do Conhecimento em Redes de Mídia Social em Torno do Tema Cidadania da Mulher: um estudo com personalidades públicas. A Iniciação Científica é desenvolvida pelo Programa Afirmativa de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Possui como objetivo geral a análise de processos de construção e difusão do conhecimento sobre cidadania da mulher em postagens nas redes sociais de personalidades públicas envolvidas na política brasileira, buscando identificar os pressupostos teórico-epistemológicos, éticos e políticos que orientam essas construções. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, estrutura-se quanto aos seus objetivos como uma pesquisa exploratória e descritiva, adotando enquanto caminho metodológico a Análise de conteúdos publicados nas Redes Sociais. Utilizando como instrumentos de coleta de dados Roteiros de Observação elaborados a partir de critérios específicos para redes de mídia social, a investigação caminha pela identificação, seleção e análise de rastros deixados pelas personalidades públicas selecionadas, em diferentes espaçotempos online. Quanto à análise dos perfis nas redes sociais, foram levantadas falas em publicações de perfis pertencentes a mulheres políticas - personalidades públicas - como deputadas, senadoras e ministras. Dados relacionados a cidadania da mulher foram categorizados a fim de compor o quadro teórico composto por categorias como “direitos iguais no mercado de trabalho”, “proteção à maternidade” e “interseccionalidade as questões de gênero e raça”, levantando temas como equidade salarial, a inclusão de mulheres negras e indígenas, políticas de suporte à maternidade. Por exemplo, a publicação da deputada federal Tabata Amaral acerca da necessidade de aumento dos dias de licença paternidade, a fim de que o pai possa ter mais tempo de convívio com o filho e possa dar o suporte necessário a mãe que passou pelo processo de parto, assunto que se adequa a categoria “proteção à maternidade”, tendo em vista que a ampliação da licença paternidade não é benéfica apenas ao pai e ao filho, mas também a mãe, que precisa de cuidados especiais no pós-parto e na vivência do puerpério. A ex-ministra no Ministério das Mulheres, Aparecida Gonçalves, expôs em uma postagem acerca do aumento do número de mulheres negras e indígenas no mercado de trabalho, abordagem que se enquadra na categoria “interseccionalidade as questões de gênero e raça”. A referida categoria se adequa ao conceito de uma categoria analítica com o intuito de dar visibilidade às experiências de vida das mulheres negras,

¹ Universidade do Estado da Bahia, livia.souza6732@gmail.com

² Universidade do Estado da Bahia, kmarise@uneb.br



PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO
E CIDADANIA EM
TEMPOS DE IA
GENERATIVA

I COLÓQUIO

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO, DIFUSÃO
DO CONHECIMENTO E COGNIÇÃO



com eixos como raça, etnia e gênero (Silva et al., 2024). Quanto à categoria “direitos iguais no mercado de trabalho” é preciso considerar o racismo e a divisão racial do trabalho existente no Brasil, que corrobora para a marginalização da população negra (Gonzalez, 2020). Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, as publicações categorizadas até o momento demonstram o engajamento político das personalidades públicas acompanhadas, que articulam temas relacionados a igualdade de direitos e cidadania da mulher, revelando que as redes sociais operam como espaços estratégicos para a construção e difusão do conhecimento e de discursos voltados para a inserção, proteção e valorização da mulher na sociedade.

Palavras-chave: Cibercultura. Construção do conhecimento. Mídias. Redes. Cidadania da mulher.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro latino americano: Ensaio, intervenções e diálogos”. 1ª edição. Zahar, 2020, pdf.

SILVA, Mônica de Cássia Costa; BRONZO, Carla; BRASIL, Flávia de Paula Duque. “Movimento feminista negro, ação coletiva e incidência em políticas públicas”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 32, n. 2, e90114, 2024.